

2004/02/23

SEGURANÇA E DEFESA NA UNIÃO EUROPEIA; DO DESCONHECIMENTO À PROSPECTIVA

João Vieira Borges

Como auditor do Curso de Defesa Nacional 2004, tenho tido o prazer de assistir a diversas conferências e debates, tendo como pano de fundo a Segurança e Defesa na União Europeia. Das várias experiências transmitidas por militares e civis, às diferentes opiniões sobre o futuro da PESC ou da PESD, constato facilmente, que a grande maioria das visões é necessariamente conjuntural (influenciável por acontecimentos mais ou menos importantes) mas, sobretudo, está assente num “telescópio” centrado em Portugal e, por isso, muito longe da nova Europa dos alargamentos.

Depois de um debate entre os auditores, com formação e experiências muito diversificadas e enriquecedoras, achei por bem transcrever para estas páginas, algumas ideias, tendo por base o desconhecimento generalizado da evolução do processo e as perspectivas de evolução.

E começo pelo DESCONHECIMENTO, que a maioria dos cidadãos tem em relação à evolução da Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia. Se por um lado, a grande maioria dos estudiosos de Relações Internacionais ou dos curiosos da área de Segurança e Defesa, se mantêm atentos aos papers e às notícias transmitidas pelos órgãos de comunicação social, ou mesmo aos debates em que comentadores “genéricos” abordam a temática com uma superficialidade preocupante, por outro lado, considero que a grande maioria da população europeia não se deu sequer ao trabalho de ler o projecto de Tratado que institui uma Constituição para a Europa [1]. E aqui, são fundamentais dois apontamentos:

1- Que “a Política Comum de Segurança e Defesa (PESD) faz parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e garante à União uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares”;

2- Que apesar de algumas divergências, compreensíveis num processo em que a perda de soberania dos Estados atinge os limites do impensável há bem pouco tempo, já existe muito trabalho em termos estruturais e inclusivamente quatro missões militares e policiais no terreno [2].

Uma leitura mais atenta ao Capítulo II e artigos 39º e 40º do projecto de Tratado, liga-nos facilmente às “Disposições específicas de execução” da PESC e da PESD e, no fundo, às novas questões subjacentes à evolução da Segurança e Defesa na União Europeia, como a criação de um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, a alteração do processo de tomada de decisão e das novas responsabilidades dos diferentes órgãos ou mesmo a criação de uma Agência Europeia de Armamento, Investigação e Capacidades Militares, cuja criação já foi reivindicada por centenas de autores em dezenas de países europeus...

Sobre as PROSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO (e não perspectivas, porque não existem referências na construção desta nova unidade política) gostaria de destacar que deveriam ser sempre equacionados os pressupostos base, assentes numa evolução mais ou menos federalista, ou mais ou menos funcionalista. E aqui, são indiscutíveis, na minha visão, “a vontade europeia em ter uma voz na segurança e defesa do seu espaço”, “a necessidade da Europa se aproximar, no seu conjunto e de maneira integrada, dos investimentos realizados pelos EUA em matéria de defesa e de Investigação e Desenvolvimento (I&D)”, “a importância de complementar as forças e acções da NATO”, “a intenção de limitar a extensão do processo a Forças de Reacção Rápida e nunca de o estender a um Exército Europeu com identidade própria”, do mesmo modo que será inevitável o alargamento a mais países europeus (para além dos 25) onde se incluirá inevitavelmente à Turquia (uma das chaves da Segurança Europeia...).

Mesmo com base em pressupostos, mais ou menos correctos, é importante enunciar as variáveis determinantes dos diferentes cenários de evolução. E aqui está a grande questão em que a maioria significativa dos comentadores (e mesmo alguns académicos) não se empenha, dado que pouco tempo após a prospectiva, podem ser alvo de críticas nem sempre reputáveis. Como me disse uma vez o Professor Doutor Adriano Moreira, “em política, nunca faça previsões em tempo de vida sua”...

Construir cenários é uma arquitectura possível (importante em termos académicos, porque didáctica), tendo por base variáveis como “a articulação institucional”, “o alargamento” “a posição dos países neutrais”, “a I&D”, mas, sobretudo, a posição dos EUA, da Rússia, do “directório” Alemanha/França/Reino Unido, e da NATO, e as consequentes missões prioritárias, capacidades e forças.

Não vou aqui descrever em pormenor os cenários possíveis, os órgãos a criar e as forças a levantar mas tão somente, neste âmbito menos académico e mais jornalístico, enviar algumas mensagens e destacar dois aspectos:

1- Numa visão realista das Relações Internacionais podemos, com toda a certeza, relacionar a evolução da PESC ou da PESD com o processo de paz no Iraque, com o processo de paz no Médio-Oriente e mesmo com o resultado das eleições presidenciais nos EUA no final do ano, tudo variáveis externas influenciadoras e muito pouco controláveis ;

2- Ao gerir hoje o alargamento a Leste e as consequências do 11 de Setembro, a União Europeia e os seus membros não se deverão esquecer de que a balança da Paz e do Desenvolvimento se faz com prioridades económicas, orçamentais e institucionais, mas também com segurança, e que esta está e estará ainda por muitos anos “dependente” dos EUA.

Como mensagem determinante, é nossa convicção que independentemente das palavras do Senhor PESC de que « A Europa deve estar pronta para assumir a sua parte de responsabilidade na segurança global e na criação de um mundo melhor », a evolução do processo está dependente da posição dos EUA mas também do alargamento à Turquia.

A TURQUIA que passará a ser o país mais populoso da União, com as maiores (e não menos bem equipadas...) Forças Armadas e fazendo simultaneamente parte integrante e determinante da NATO. Daí a nossa convicção de que a União deverá cuidar da Turquia em todos os foros, investindo no seu desenvolvimento em paz e harmonia, no sentido do processo de integração ser gradual mas assumido por todos os membros e cidadãos europeus (não esquecer o estudo da sua “cultura” no sentido da sua melhor compreensão), sem traumas religiosos ou civilizacionais. Será um pequeno passo para a Paz na Europa e no Mediterrâneo e um grande passo para a Paz no Mundo...

Sem esquecer PORTUGAL nestes considerandos, não posso deixar de considerar a sua posição geopolítica, na fronteira entre os dois grandes pólos de desenvolvimento UE/EUA, uma potencialidade que terá de ter sempre presente o necessário e indispensável equilíbrio entre a Europa e o Atlântico, no sentido de maior liberdade de acção em todas as situações. Como mensagem, penso que Portugal, nesta área da PESC, deverá continuar a investir na “massa crítica” (militar ou civil) dirigida aos centros de decisão política e na articulação de uma estratégia de acção concertada UE/NATO, no sentido de fortalecer um determinado “cliché” (ou especificidade- caso do investimento no “Project Group” de operações especiais).

Mas para credibilizar e prestigiar o processo da PESC e da PESD como um todo, são necessárias três grandes premissas: “vontade política”, “determinação” e “tempo”...

Se a terceira está nas mãos de Deus, as duas primeiras necessitam de Líderes Europeus com sentido de União, sem traumas do passado mas, sobretudo, com uma visão prospectiva de um Futuro melhor para os cidadãos europeus, para os diferentes países europeus, para a Europa e para o Mundo...

[1] Ver Estratégia , Portugal e a Constituição Europeia, nº 18-19, 1º/2º Semestres, IEEI, Principia, Lisboa, 2003 .

[2] A EUPM (Missão de Polícia da União Europeia na Bósnia-Herzegovina), que teve início em 1Jan03 e que sucedeu à Força Internacional de Polícia da ONU, foi constituída por um período de três anos, sendo composta por 500 agentes de 15 Estados membros e mais 18 países. A CONCORDIA (Operação militar da União Europeia na antiga República Jugoslava da Macedónia), que se seguiu a uma operação da NATO, que teve início em 31Mar03 e que terminou em 15Dez03 (contou com a participação de cerca de 400 militares de 13 países membros e 14 não membros e que chegou a ter como Comandante – entre Set e Dez03- o MGEN (POR) Ferreira dos Santos). A ARTEMIS, no Congo, e que teve lugar sob coordenação da França, entre 5Jun03 e 1Set03. E a PROXIMA (Missão de Polícia na antiga República da Macedónia) que teve início em 15Dez03 e que abrangerá um período inicial de um ano.

7 TEXTOS RELACIONADOS:

2010/12/19

A UE E O FUTURO DA COOPERAÇÃO ESTRUTURADA PERMANENTE

Alexandre Reis Rodrigues

2009/02/11

VISÕES SOBRE A POLÍTICA EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA (II PARTE)[1]

Vários

2008/11/07

ESDP IN STRATEGIC NEIGHBOURHOODS: PROMISES OF STABILITY THROUGH INTERNATIONAL MILITARY COOPERATION

Sandra Fernandes e Luís Saraiva

2008/02/20

VISÕES SOBRE A POLÍTICA EUROPEIA DE SEGURANÇA EUROPEIA

Vários

2006/12/11

A DEFESA ANTI-MÍSSIL E A SEGURANÇA DA EUROPA[1]

Marcelo Rech[2]

2005/03/23

O FUTURO DA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA EUROPEIA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/08/31

INTEGRAÇÃO, PALAVRA DE ORDEM PARA AS DEFESAS EUROPEIAS

Alexandre Reis Rodrigues